

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2004 (do Sr. ALBERTO GOLDMAN)

Solicita seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença dos convidados a seguir listados para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre contrato celebrado entre a empresa Getch e a Caixa Econômica Federal.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 219, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a presença dos convidados a seguir listados, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre contrato celebrado entre a empresa Getch e a Caixa Econômica Federal:

- . Jorge Mattoso – Presidente da Caixa Econômica Federal;
- . Mário Haag – ex Vice-Presidente de Logística da Caixa econômica Federal;
- . Paulo Bretas – Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal;
- . Antonio Carlos Ferreira – Diretor Jurídico da Caixa Econômica Federal;
- . Carlos Eduardo Silveira – Conselheiro da Presidência da Caixa Econômica Federal;
- . Antonio Carlos Rovai – ex Presiente da Getch;
- . Marcelo Rovai – Diretor de Marketing da Getch.

Esta solicitação justifica-se pela necessidade de que sejam esclarecidos detalhes do referido contrato, em função de notícias e declarações contraditórias desde a divulgação, em 13 de fevereiro de 2004, pela Revista Época de denúncias de corrupção envolvendo o ex-Subchefe de Assuntos

Parlamentares da Presidência da República, que teria intermediado a sua renovação.

Notícia publicada pelo jornal “O Estado de São Paulo” de 17/03/04, informa que “ (...) o contrato entre a Caixa e a Gtech foi renovado em abril de 2003, por 25 meses, e renderá à multinacional mais de R\$ 600 milhões de comissão. Em depoimento à Polícia Federal, o ex-presidente da empresa, Antônio Carlos Rocha e o diretor de marketing, Marcelo Rovai, acusaram Waldomiro de ter condicionado o negócio à contratação de Buratti como consultor, por uma comissão entre R\$ 15 e 20 milhões, baixada depois para R\$ 6 milhões. Waldomiro teria dado a entender que o contrato não seria assinado se não fosse fechado o acerto com o consultor. (...) “

Segundo o jornal “O Dia”, também de 17/3/04 houve “Contradição em depoimentos - A Polícia Federal ouviu ontem os depoimentos do vice-presidente de Logística da Caixa Econômica Federal, Paulo Bretas, e do conselheiro da presidência do banco Carlos Eduardo Silveira no inquérito que investiga a atuação de Waldomiro Diniz durante o primeiro ano do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos falaram sobre suposta intermediação que teria ocorrido por parte de Waldomiro na renovação do contrato da Caixa com a GTech para que a multinacional mantivesse o controle das loterias no País. **De acordo com o diretor jurídico do banco, Antonio Carlos Ferreira, que acompanhou os depoimentos, há contradições entre o que disseram Bretas - um dos convidados para falar sobre o assunto pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado - e Silveira, e o que revelou Mário Haag, ex-vice-presidente de Logística da Caixa. Na quinta-feira passada, Haag prestou esclarecimentos à PF e entregou um documento que revelaria que a Caixa teria condições de assumir 25% das funções da Gtech, o que reduziria o valor do contrato. O banco nega que tivesse condições de realizar parte dos trabalhos da multinacional e diz que, pelo contrário, obteve desconto de 15% no valor contratual.**”

Por sua vez, o jornal “Folha de São Paulo”, em sua edição de 18/3/04 noticiou que **“à PF, ex-presidente da empresa afirma que ex-assessor condicionou contratação de Buratti à renovação do contrato com a Caixa. (...)** O ex-presidente da GTech Antonio Carlos Lino da Rocha disse à Polícia Federal ter ouvido de Waldomiro Diniz a confirmação de que Rogério Buratti seria o nome a ser contratado pela empresa. Em troca da contratação, a multinacional teria renovado o contrato de R\$ 650 milhões com a Caixa Econômica Federal para operar o sistema de loterias do país. Buratti foi secretário do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) em seu primeiro mandato como prefeito em Ribeirão Preto. Em depoimento à PF na última sexta-feira, Rocha contou que a confirmação de Waldomiro se deu depois que a GTech havia fechado a renovação de seu contrato com a Caixa. Rocha teria telefonado para Waldomiro com dois objetivos: 1) informá-lo de que "havia de fato sido procurado por uma pessoa de nome Rogério Buratti"; 2) "[...] ter clareza de que a pessoa a que Waldomiro se referira fora Rogério Buratti, como efetivamente ficou confirmado, vez que, ao ser informado do veto, Waldomiro lhe propôs a substituição por outra [pessoa]". Em 31 de março de 2003, num café da manhã em Brasília, Rocha, conforme seu depoimento à PF, fora informado por Waldomiro de que "uma pessoa influente no processo de renovação do contrato iria procurá-lo, com o objetivo de ser contratada para

permitir a concretização do negócio". Waldomiro foi exonerado da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Presidência em fevereiro, após aparecer em vídeo pedindo propina e contribuição de campanha a um empresário de jogos. Também em depoimento à PF na última sexta, o diretor de marketing da GTech, Marcelo Rovai, afirmou que teve duas reuniões com Buratti para tratar de sua suposta participação no contrato. Em ambos os encontros, conforme Rovai, o consultor teria afirmado que trabalhou e ajudou no processo de negociação com a Caixa, sem, porém, precisar qual teria sido seu papel nem seus contatos na condução do processo. Rovai conta ainda mais detalhes sobre a suposta participação de Buratti nessas duas reuniões. Diz que o consultor "solicitou o pagamento de R\$ 15 milhões a R\$ 20 milhões de honorários". A proposta foi tratada no encontro como um "absurdo". Segundo a depor à PF, Rocha disse que Buratti, por solicitação da GTech, enviou à empresa a documentação necessária para que sua contratação, como é de praxe na multinacional, fosse analisada. E acabou vetada. Em entrevista após a divulgação de seu nome, Buratti nega ter interferido na negociação do contrato. (...) **Bretas** - Nos depoimentos de Rovai e Rocha está consignado que foi do vice-presidente de Logística da Caixa, Paulo Bretas, o primeiro alerta de que havia uma pendência para a assinatura do contrato, indicando que o problema seria de conhecimento de Enrico Gianelli, advogado da multinacional. Conforme os relatos à PF, é Gianelli quem revela a contratação de Buratti como condicionante para o bom termo dos acordos entre Caixa e Gtech. Bretas disse que só manteve dois contatos com Buratti, ambos em setembro do ano passado e com o propósito de discutir um projeto ambiental da Leão Leão. O negócio não foi aprovado pela Caixa, segundo Bretas."

O jornal "O Globo", em 18/3/04 noticiou que "o governo atuou nos bastidores para evitar a convocação do ex-vice presidente de Logística da Caixa Econômica Federal Mário Haag na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. A pedido do senador João Alberto (PMDB-MA), o nome de Haag foi retirado do requerimento apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e aprovado pela comissão na terça-feira. O objetivo dos governistas é impedir que Haag repita o depoimento que prestou à Polícia Federal sobre a renovação do contrato da Caixa com a Gtech para gerenciar loterias. **Informações de Haag contradizem atual vice** No depoimento ao qual o GLOBO teve acesso, Haag apresenta documentação mostrando que a Caixa já teria condições de assumir a área de processamento de dados, serviço feito pela Gtech. As explicações de Haag contradizem o depoimento do atual vice-presidente da Caixa, Paulo Bretas. "

Segundo notícia publicada no (23/3/04) pela "Folha Online", em depoimento no Senado Federal "embora tenha dito que o contrato da CEF com a Gtech deixa o banco refém da multinacional, Mattoso reafirmou que a renovação, realizada em abril de 2003, foi vantajosa para a CEF. Segundo ele, foi a primeira vez em dez anos, que houve redução de 15% nos valores pagos à Gtech – segundo ele, em média, o banco paga R\$ 25 milhões mensais.

Em janeiro do ano passado, o contrato com a Gtech foi aditado por três meses para que a nova gestão da CEF pudesse analisar juridicamente o

acordo. Em abril, transcorrido o prazo inicial, o contrato foi aditado em mais 25 meses.

De acordo com o presidente da CEF, em troca da renovação, o banco conseguiu que a multinacional renunciasse a ações judiciais --entre elas a que impede a ampliação dos 2.108 correspondentes bancários no país. São essas cláusulas contratuais que, para Mattoso, amarram a CEF de romper o acordo com a Gtech.

Sala das Comissões, em de de

Deputado ALBERTO GOLDMAN